

A ponte necessária: produção e audiência¹

El puente necesario: producción y audiência

The necessary bridge: production and audience

Sérgio Capparelli

Professor aposentado do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRGS.

Contato: sergiocapparel@yahoo.com

Autor convidado

1. Artigo originalmente publicado em FAUSTO NETO, A.; PINTO, M. J. **Mídia e cultura**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997. Republicado com a autorização do autor

INTRODUÇÃO

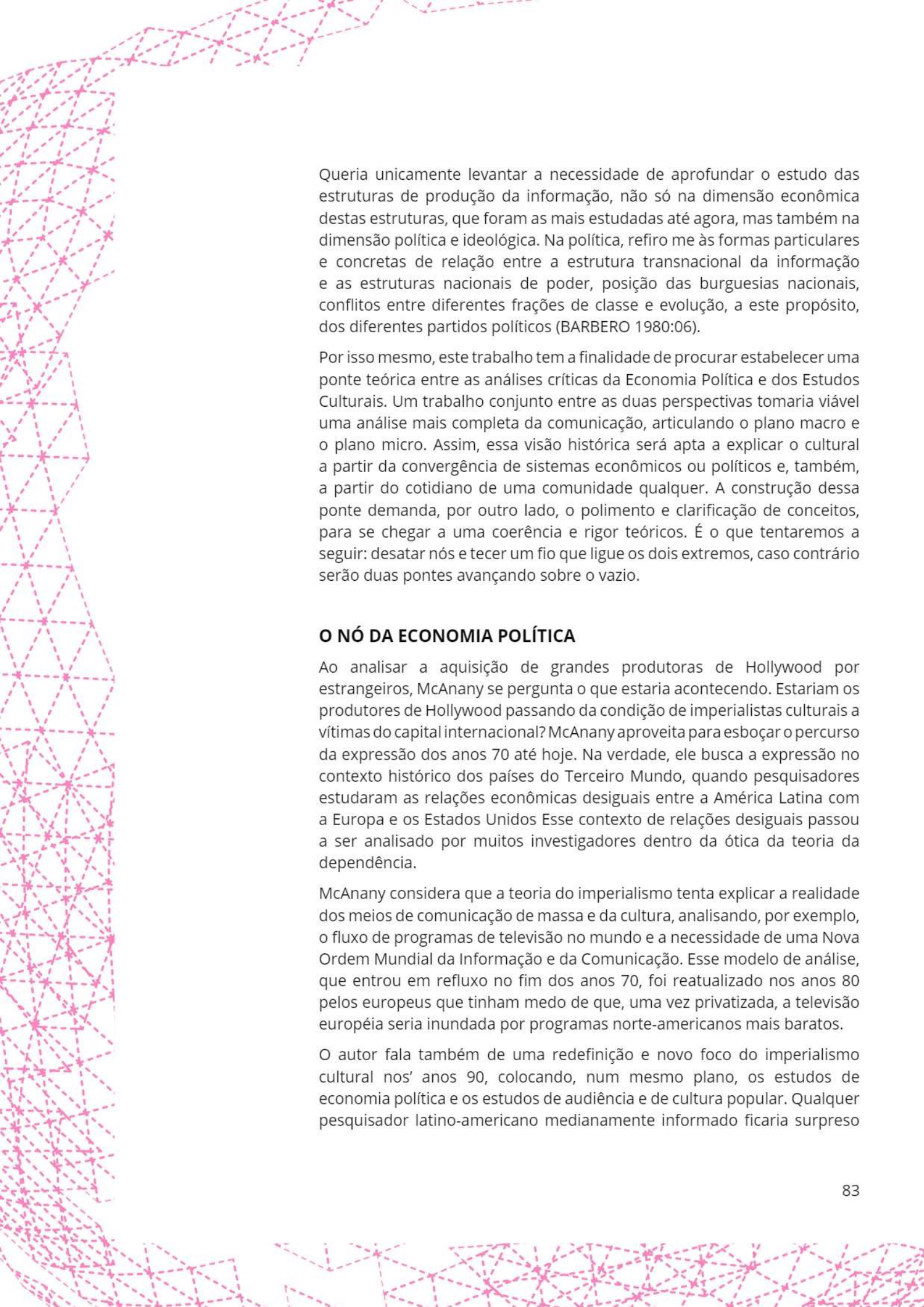
Se quiséssemos localizar o início dos atuais modelos de pesquisa em comunicação, certamente teríamos dificuldades. E se os modelos a serem localizados são aqueles que integram as análises críticas baseados na Economia Política da comunicação, ou as análises críticas baseadas nos Estudos Culturais, a tarefa seria ainda mais difícil. De algo podemos estar certos, porém: os anos 60 e parte dos anos 70 foram marcados, no Brasil, por estudos que privilegiaram a produção e a estrutura dos meios de comunicação, enquanto os anos 80 assistiram a uma hegemonia dos Estudos Culturais, com um deslocamento da produção para a audiência ou recepção.

Essas afirmações não são peremptórias ou dizem respeito a toda a América Latina. A Argentina, por exemplo, traduziu Gramsci já nos anos 40 e alguns Estudos Culturais ou proto-estudos culturais, se quisermos manter a expressão — aconteceram antes que na Inglaterra. Um levantamento da pesquisa em comunicação da época mostraria algumas dessas iniciativas (ver RIVERA, 1986), num país em que o povo apareceu como ator no cenário político já no início do século, com Yrigoyen. No Brasil, Gramsci só foi traduzido nos anos 60, num momento em que o país vivia sob governos militares, com o controle absoluto das mídias.

É de se perguntar, porém, se as datas têm suficiente importância para explicar o itinerário de utopias teóricas, circunstanciais, mais tarde desmentidas. Porque, em primeiro lugar, os modelos teórico-metodológicos não se mantêm impermeáveis ao avançar da história. Mattelart escreveu nos anos 60 e 70 sob o guarda-chuva do imperialismo cultural. Outros puseram do avesso o imperialismo cultural e se vestiram de dependência. Mais recentemente, dependência e imperialismo cultural empreenderam o *aggiornamento* e respondem pela expressão economia política. A mudança não foi apenas no nome mas no objeto de estudo e nos pressupostos teórico-metodológicos.

Esse mesmo *aggiornamento* destronou o texto nos estudos culturais e ratificou as audiências ativas. Trouxe o sujeito e a subjetividade, para se somar ao coletivo. E fez com que proliferassem os estudos étnicos e de gênero. Foram transpostas, assim, as fronteiras das disciplinas, mostrando a complexidade e importância da ideia de cultura.

O deslocamento das análises críticas da produção para a recepção conduziu Pesquisadores a uma vertigem paradigmática. Mas os *mea culpa* sobre as distorções teóricas do campo da produção não aniquilaram a própria produção. Ela continua central mesmo que para muitos, sejam outras as prioridades. Os mídias e as mensagens não existem sem serem produzidas e se a esfera da cultura se industrializa, ela mantém sua importância como campo de estudos. E Barbero fala a cada passo do receptor e das mediações mas também da estrutura econômica onde os meios de comunicação estão inseridos.



Queria unicamente levantar a necessidade de aprofundar o estudo das estruturas de produção da informação, não só na dimensão econômica destas estruturas, que foram as mais estudadas até agora, mas também na dimensão política e ideológica. Na política, refiro-me às formas particulares e concretas de relação entre a estrutura transnacional da informação e as estruturas nacionais de poder, posição das burguesias nacionais, conflitos entre diferentes frações de classe e evolução, a este propósito, dos diferentes partidos políticos (BARBERO 1980:06).

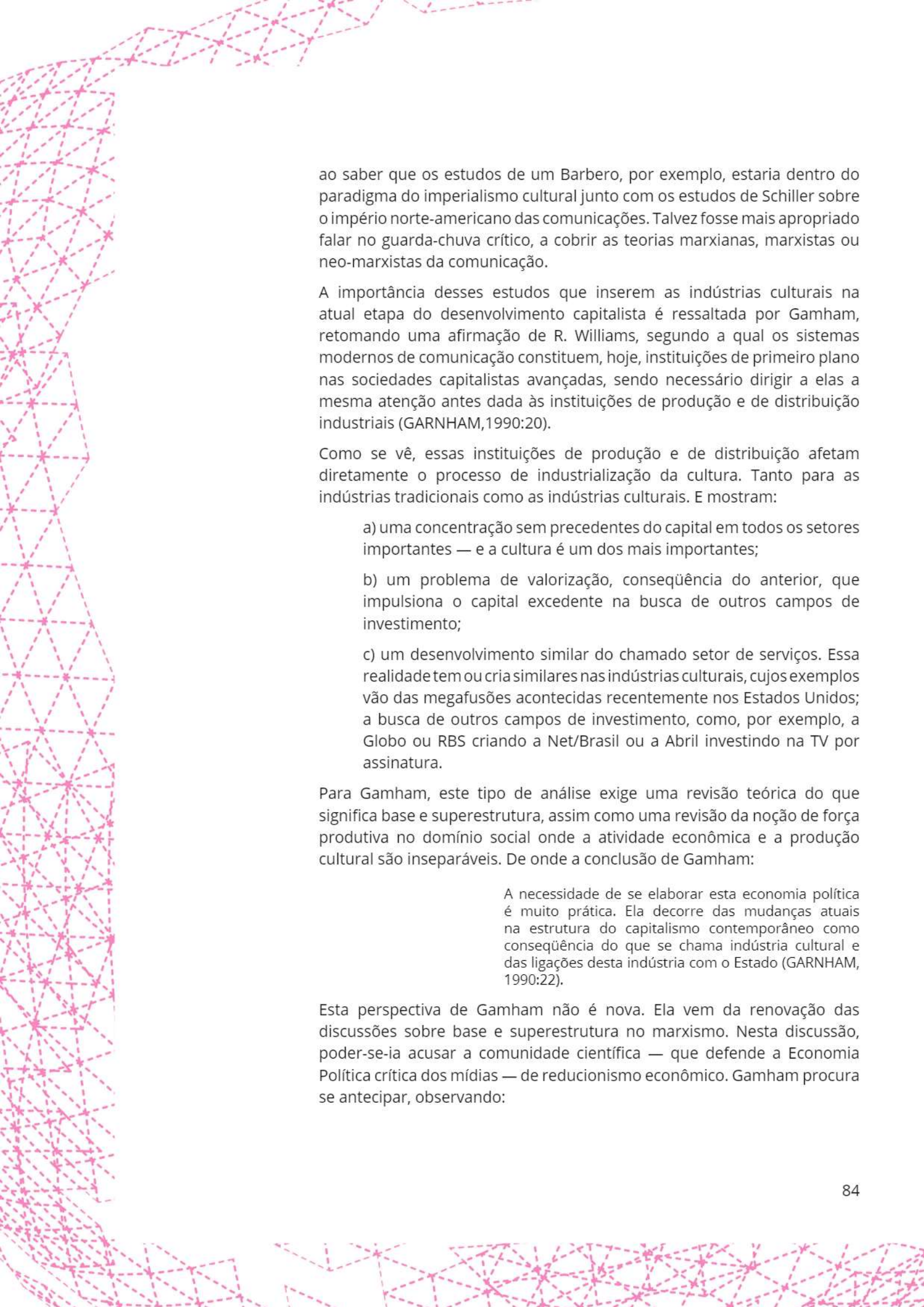
Por isso mesmo, este trabalho tem a finalidade de procurar estabelecer uma ponte teórica entre as análises críticas da Economia Política e dos Estudos Culturais. Um trabalho conjunto entre as duas perspectivas tomaria viável uma análise mais completa da comunicação, articulando o plano macro e o plano micro. Assim, essa visão histórica será apta a explicar o cultural a partir da convergência de sistemas econômicos ou políticos e, também, a partir do cotidiano de uma comunidade qualquer. A construção dessa ponte demanda, por outro lado, o polimento e clarificação de conceitos, para se chegar a uma coerência e rigor teóricos. É o que tentaremos a seguir: desatar nós e tecer um fio que ligue os dois extremos, caso contrário serão duas pontes avançando sobre o vazio.

O NÓ DA ECONOMIA POLÍTICA

Ao analisar a aquisição de grandes produtoras de Hollywood por estrangeiros, McAnany se pergunta o que estaria acontecendo. Estariam os produtores de Hollywood passando da condição de imperialistas culturais a vítimas do capital internacional? McAnany aproveita para esboçar o percurso da expressão dos anos 70 até hoje. Na verdade, ele busca a expressão no contexto histórico dos países do Terceiro Mundo, quando pesquisadores estudaram as relações econômicas desiguais entre a América Latina com a Europa e os Estados Unidos. Esse contexto de relações desiguais passou a ser analisado por muitos investigadores dentro da ótica da teoria da dependência.

McAnany considera que a teoria do imperialismo tenta explicar a realidade dos meios de comunicação de massa e da cultura, analisando, por exemplo, o fluxo de programas de televisão no mundo e a necessidade de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação. Esse modelo de análise, que entrou em refluxo no fim dos anos 70, foi reatualizado nos anos 80 pelos europeus que tinham medo de que, uma vez privatizada, a televisão europeia seria inundada por programas norte-americanos mais baratos.

O autor fala também de uma redefinição e novo foco do imperialismo cultural nos anos 90, colocando, num mesmo plano, os estudos de economia política e os estudos de audiência e de cultura popular. Qualquer pesquisador latino-americano medianamente informado ficaria surpreso



ao saber que os estudos de um Barbero, por exemplo, estaria dentro do paradigma do imperialismo cultural junto com os estudos de Schiller sobre o império norte-americano das comunicações. Talvez fosse mais apropriado falar no guarda-chuva crítico, a cobrir as teorias marxianas, marxistas ou neo-marxistas da comunicação.

A importância desses estudos que inserem as indústrias culturais na atual etapa do desenvolvimento capitalista é ressaltada por Gamham, retomando uma afirmação de R. Williams, segundo a qual os sistemas modernos de comunicação constituem, hoje, instituições de primeiro plano nas sociedades capitalistas avançadas, sendo necessário dirigir a elas a mesma atenção antes dada às instituições de produção e de distribuição industriais (GARNHAM, 1990:20).

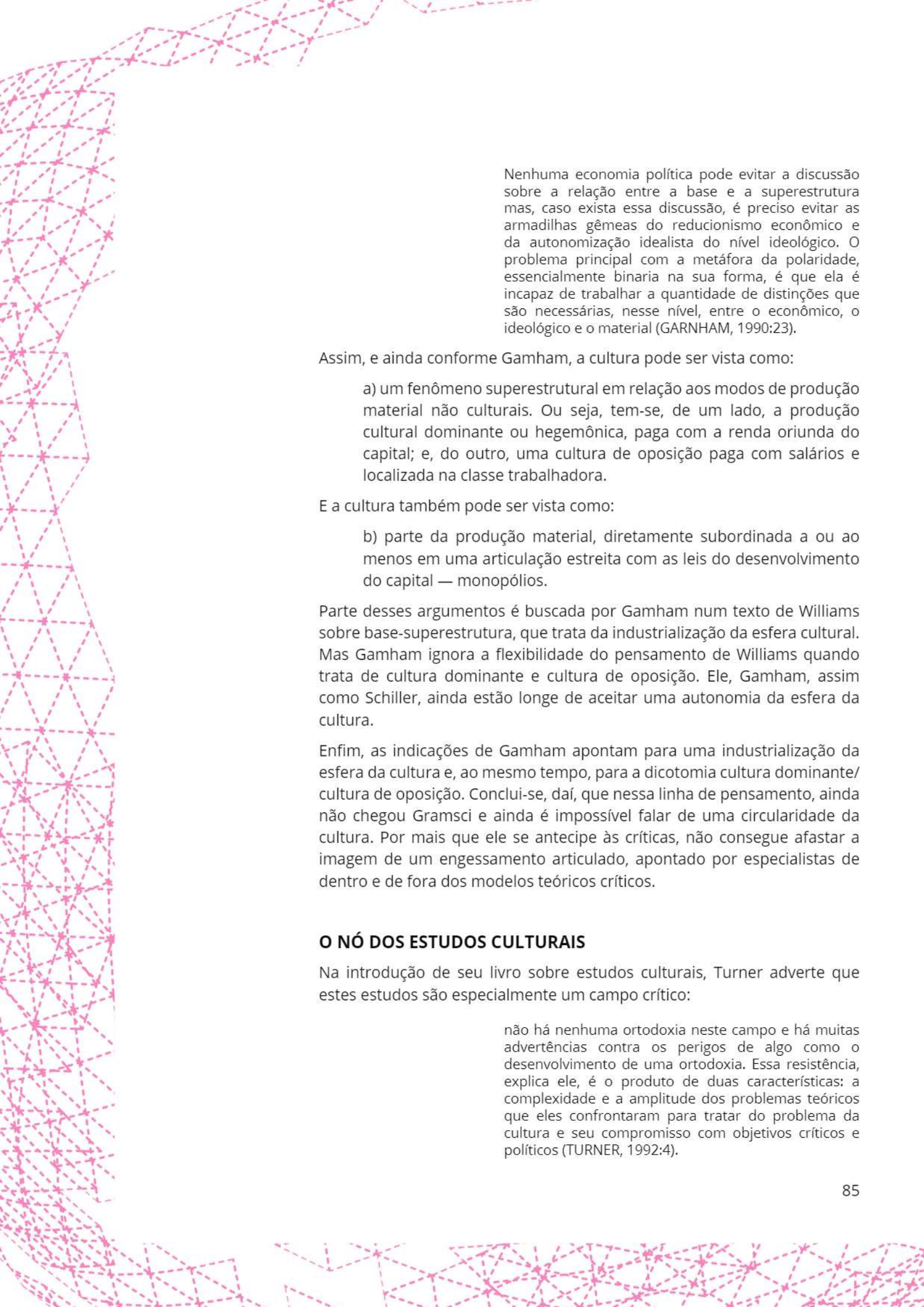
Como se vê, essas instituições de produção e de distribuição afetam diretamente o processo de industrialização da cultura. Tanto para as indústrias tradicionais como as indústrias culturais. E mostram:

- a) uma concentração sem precedentes do capital em todos os setores importantes — e a cultura é um dos mais importantes;
- b) um problema de valorização, consequência do anterior, que impulsiona o capital excedente na busca de outros campos de investimento;
- c) um desenvolvimento similar do chamado setor de serviços. Essa realidade tem ou cria similares nas indústrias culturais, cujos exemplos vão das megafusões acontecidas recentemente nos Estados Unidos; a busca de outros campos de investimento, como, por exemplo, a Globo ou RBS criando a Net/Brasil ou a Abril investindo na TV por assinatura.

Para Gamham, este tipo de análise exige uma revisão teórica do que significa base e superestrutura, assim como uma revisão da noção de força produtiva no domínio social onde a atividade econômica e a produção cultural são inseparáveis. De onde a conclusão de Gamham:

A necessidade de se elaborar esta economia política é muito prática. Ela decorre das mudanças atuais na estrutura do capitalismo contemporâneo como consequência do que se chama indústria cultural e das ligações desta indústria com o Estado (GARNHAM, 1990:22).

Esta perspectiva de Gamham não é nova. Ela vem da renovação das discussões sobre base e superestrutura no marxismo. Nesta discussão, poder-se-ia acusar a comunidade científica — que defende a Economia Política crítica dos mídias — de reducionismo econômico. Gamham procura se antecipar, observando:



Nenhuma economia política pode evitar a discussão sobre a relação entre a base e a superestrutura mas, caso exista essa discussão, é preciso evitar as armadilhas gêmeas do reducionismo econômico e da autonomização idealista do nível ideológico. O problema principal com a metáfora da polaridade, essencialmente binária na sua forma, é que ela é incapaz de trabalhar a quantidade de distinções que são necessárias, nesse nível, entre o econômico, o ideológico e o material (GARNHAM, 1990:23).

Assim, e ainda conforme Gamham, a cultura pode ser vista como:

a) um fenômeno superestrutural em relação aos modos de produção material não culturais. Ou seja, tem-se, de um lado, a produção cultural dominante ou hegemônica, paga com a renda oriunda do capital; e, do outro, uma cultura de oposição paga com salários e localizada na classe trabalhadora.

E a cultura também pode ser vista como:

b) parte da produção material, diretamente subordinada a ou ao menos em uma articulação estreita com as leis do desenvolvimento do capital — monopólios.

Parte desses argumentos é buscada por Gamham num texto de Williams sobre base-superestrutura, que trata da industrialização da esfera cultural. Mas Gamham ignora a flexibilidade do pensamento de Williams quando trata de cultura dominante e cultura de oposição. Ele, Gamham, assim como Schiller, ainda estão longe de aceitar uma autonomia da esfera da cultura.

Enfim, as indicações de Gamham apontam para uma industrialização da esfera da cultura e, ao mesmo tempo, para a dicotomia cultura dominante/cultura de oposição. Conclui-se, daí, que nessa linha de pensamento, ainda não chegou Gramsci e ainda é impossível falar de uma circularidade da cultura. Por mais que ele se antecipe às críticas, não consegue afastar a imagem de um engessamento articulado, apontado por especialistas de dentro e de fora dos modelos teóricos críticos.

O NÓ DOS ESTUDOS CULTURAIS

Na introdução de seu livro sobre estudos culturais, Turner adverte que estes estudos são especialmente um campo crítico:

não há nenhuma ortodoxia neste campo e há muitas advertências contra os perigos de algo como o desenvolvimento de uma ortodoxia. Essa resistência, explica ele, é o produto de duas características: a complexidade e a amplitude dos problemas teóricos que eles confrontaram para tratar do problema da cultura e seu compromisso com objetivos críticos e políticos (TURNER, 1992:4).

Quanto à primeira característica, ele adianta:

Os estudos culturais são um campo interdisciplinar para onde convergiram certas preocupações e métodos; a utilidade dessa convergência é nos ter possibilitado compreender fenômenos e relações que não eram acessíveis através das disciplinas existentes. Não se trata, porém, de um campo unificado (TURNER, 1992:11).

Ao tratar da segunda característica, afirma que o trabalho em estudos culturais tem se dirigido com consistência às interrogações sobre as estruturas de dominação da sociedade. Tem focado mais particularmente a experiência da classe trabalhadora e, mais recentemente, as mulheres como lugares onde a ação do relações opressivas de poder podem ser examinadas. (TURNER, 1992:5)

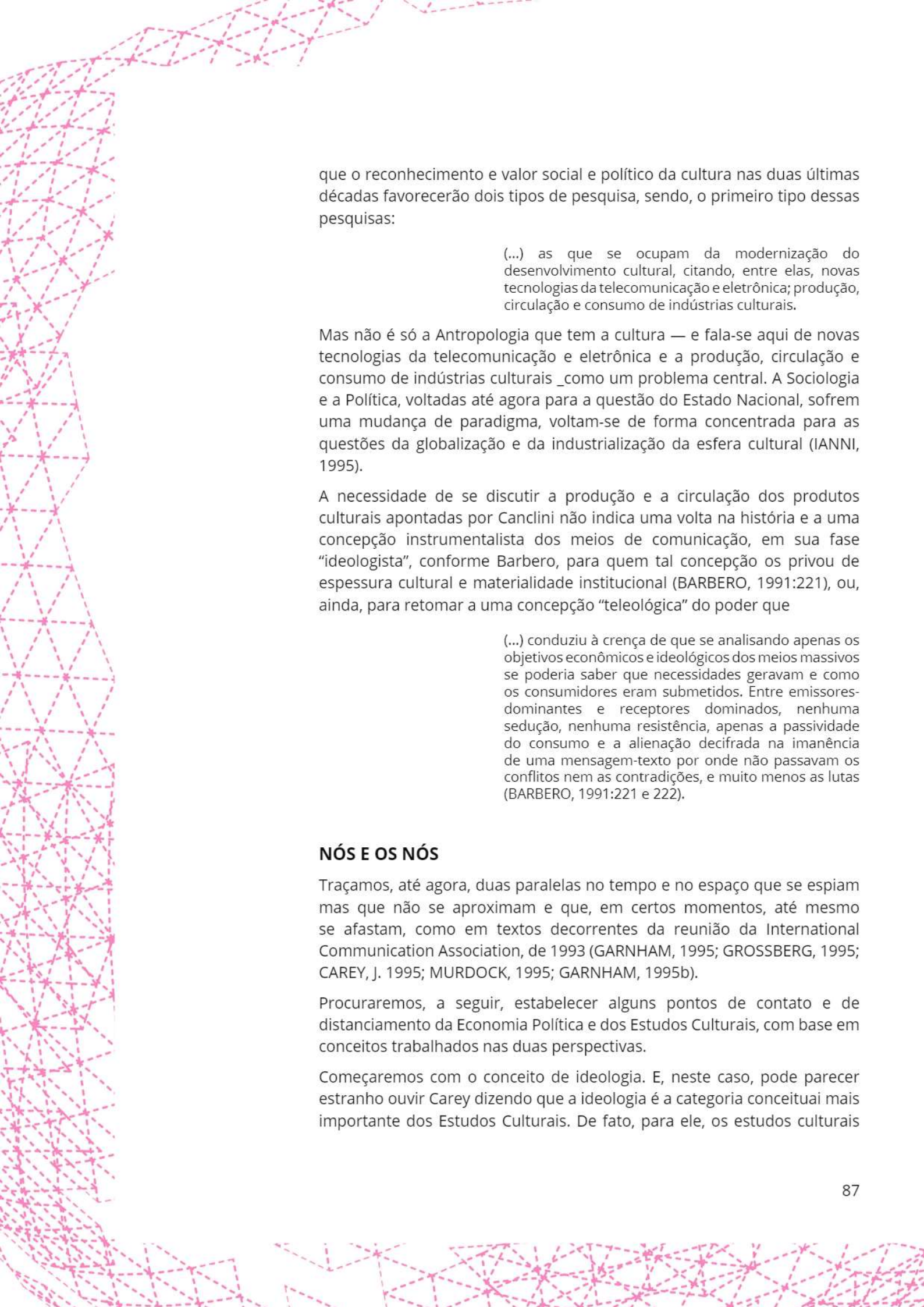
Fiske reforça esta última interpretação ao explicar que *“o termo ‘cultura’, usado na expressão ‘estudos culturais’, não é uma expressão estética nem humanista mas política”* (FISKE, 1987: 254) Mais adiante:

...eles partem da crença de que os sentidos e sua produção (que também constituem cultura) são indivisivelmente ligados à estrutura social e só podem ser explicados em termos desta estrutura e dessa história (FISKE, 1987: 254).

Essa fuga de uma ortodoxia, de Emites claros de estudos, essa “invenção” de modelos de análise fora dos cânones existentes e a exigência de uma interdisciplinaridade, tudo isso dá aos estudos culturais uma mobilidade criadora. Assim, os estudos culturais podem adquirir certos adjetivos, freqüentemente ligados à geografia, que demonstram seus traços específicos, suas preocupações teóricas ou prioridades de pesquisa. Essas adaptações segundo o campo, trazem-nos a corrente dos estudos culturais ingleses, australianos, norte ou latino-americanos.

Ao mesmo tempo em que esses estudos apresentam peculiaridades conforme a realidade social e o momento histórico, mudam também seus objetos de estudos. Todos têm em comum um deslocamento das análises antes centradas na produção para a mensagem e a recepção. Por outro lado, a trajetória desse modelo multidisciplinar de análise indica focos de densidades teóricas, prioridades ou competências conforme a origem da comunidade científica que os pratica.

As comunidades oriundas dos estudos literários, por exemplo, influenciadas pelos estruturalistas franceses, puderam se dedicar à análise textual, enquanto outros, servindo-se de métodos antropológicos, puderam desenvolver estudos de audiência, procurando entender a construção do cotidiano a partir e com os meios de comunicação. E tanto a Sociologia quanto a Antropologia passaram a ter na comunicação e na cultura um conceito chave da análise social. Aliás, Canclini, num texto recente, conclui



que o reconhecimento e valor social e político da cultura nas duas últimas décadas favorecerão dois tipos de pesquisa, sendo, o primeiro tipo dessas pesquisas:

(...) as que se ocupam da modernização do desenvolvimento cultural, citando, entre elas, novas tecnologias da telecomunicação e eletrônica; produção, circulação e consumo de indústrias culturais.

Mas não é só a Antropologia que tem a cultura — e fala-se aqui de novas tecnologias da telecomunicação e eletrônica e a produção, circulação e consumo de indústrias culturais — como um problema central. A Sociologia e a Política, voltadas até agora para a questão do Estado Nacional, sofrem uma mudança de paradigma, voltam-se de forma concentrada para as questões da globalização e da industrialização da esfera cultural (IANNI, 1995).

A necessidade de se discutir a produção e a circulação dos produtos culturais apontadas por Canclini não indica uma volta na história e a uma concepção instrumentalista dos meios de comunicação, em sua fase “ideologista”, conforme Barbero, para quem tal concepção os privou de espessura cultural e materialidade institucional (BARBERO, 1991:221), ou, ainda, para retomar a uma concepção “teleológica” do poder que

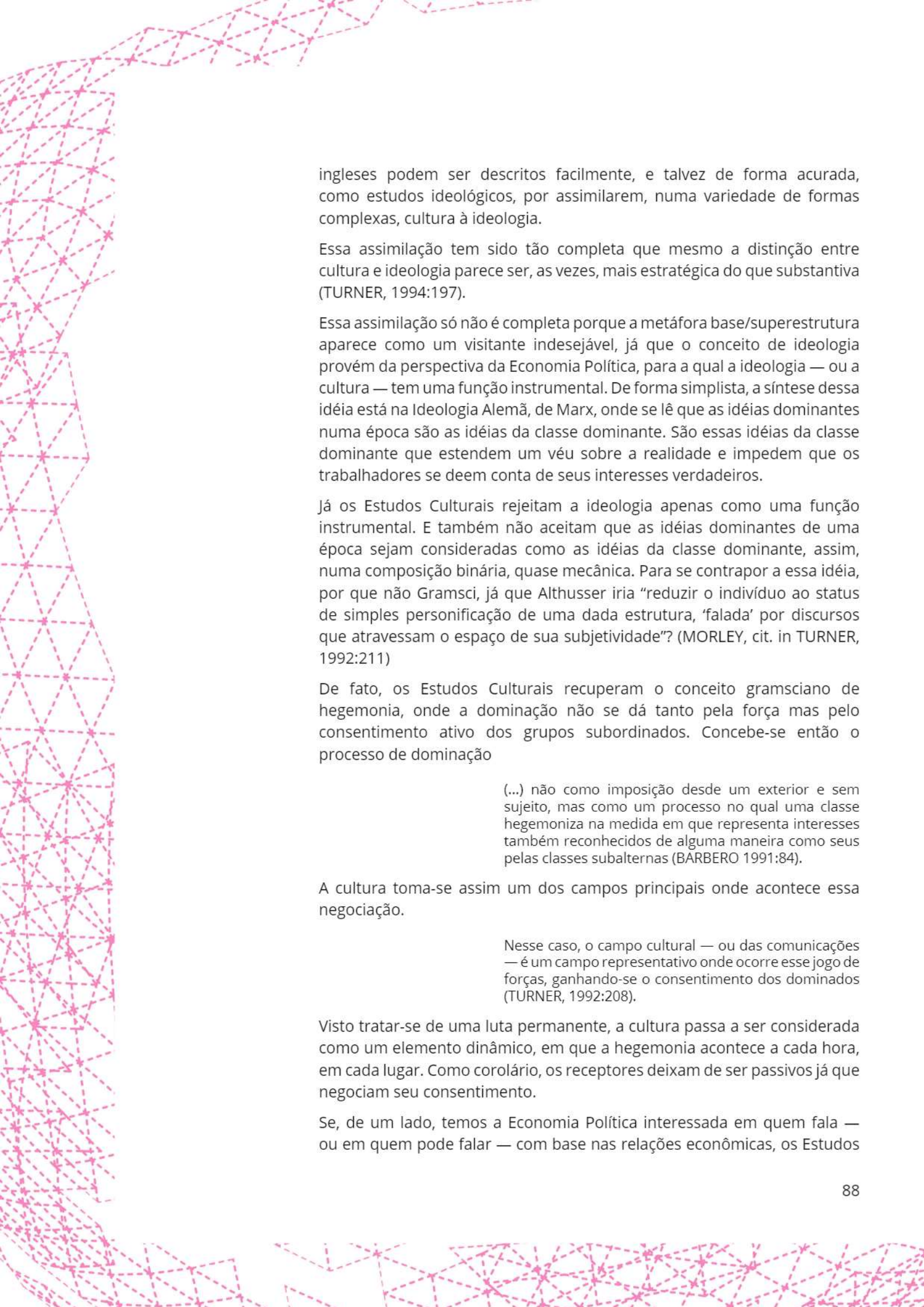
(...) conduziu à crença de que se analisando apenas os objetivos econômicos e ideológicos dos meios massivos se poderia saber que necessidades geravam e como os consumidores eram submetidos. Entre emissores-dominantes e receptores dominados, nenhuma sedução, nenhuma resistência, apenas a passividade do consumo e a alienação decifrada na imanência de uma mensagem-texto por onde não passavam os conflitos nem as contradições, e muito menos as lutas (BARBERO, 1991:221 e 222).

NÓS E OS NÓS

Traçamos, até agora, duas paralelas no tempo e no espaço que se espiam mas que não se aproximam e que, em certos momentos, até mesmo se afastam, como em textos decorrentes da reunião da International Communication Association, de 1993 (GARNHAM, 1995; GROSSBERG, 1995; CAREY, J. 1995; MURDOCK, 1995; GARNHAM, 1995b).

Procuraremos, a seguir, estabelecer alguns pontos de contato e de distanciamento da Economia Política e dos Estudos Culturais, com base em conceitos trabalhados nas duas perspectivas.

Começaremos com o conceito de ideologia. E, neste caso, pode parecer estranho ouvir Carey dizendo que a ideologia é a categoria conceitual mais importante dos Estudos Culturais. De fato, para ele, os estudos culturais



ingleses podem ser descritos facilmente, e talvez de forma acurada, como estudos ideológicos, por assimilarem, numa variedade de formas complexas, cultura à ideologia.

Essa assimilação tem sido tão completa que mesmo a distinção entre cultura e ideologia parece ser, as vezes, mais estratégica do que substantiva (TURNER, 1994:197).

Essa assimilação só não é completa porque a metáfora base/superestrutura aparece como um visitante indesejável, já que o conceito de ideologia provém da perspectiva da Economia Política, para a qual a ideologia — ou a cultura — tem uma função instrumental. De forma simplista, a síntese dessa idéia está na Ideologia Alemã, de Marx, onde se lê que as idéias dominantes numa época são as idéias da classe dominante. São essas idéias da classe dominante que estendem um véu sobre a realidade e impedem que os trabalhadores se deem conta de seus interesses verdadeiros.

Já os Estudos Culturais rejeitam a ideologia apenas como uma função instrumental. E também não aceitam que as idéias dominantes de uma época sejam consideradas como as idéias da classe dominante, assim, numa composição binária, quase mecânica. Para se contrapor a essa idéia, por que não Gramsci, já que Althusser iria “reduzir o indivíduo ao status de simples personificação de uma dada estrutura, ‘falada’ por discursos que atravessam o espaço de sua subjetividade”? (MORLEY, cit. in TURNER, 1992:211)

De fato, os Estudos Culturais recuperam o conceito gramsciano de hegemonia, onde a dominação não se dá tanto pela força mas pelo consentimento ativo dos grupos subordinados. Concebe-se então o processo de dominação

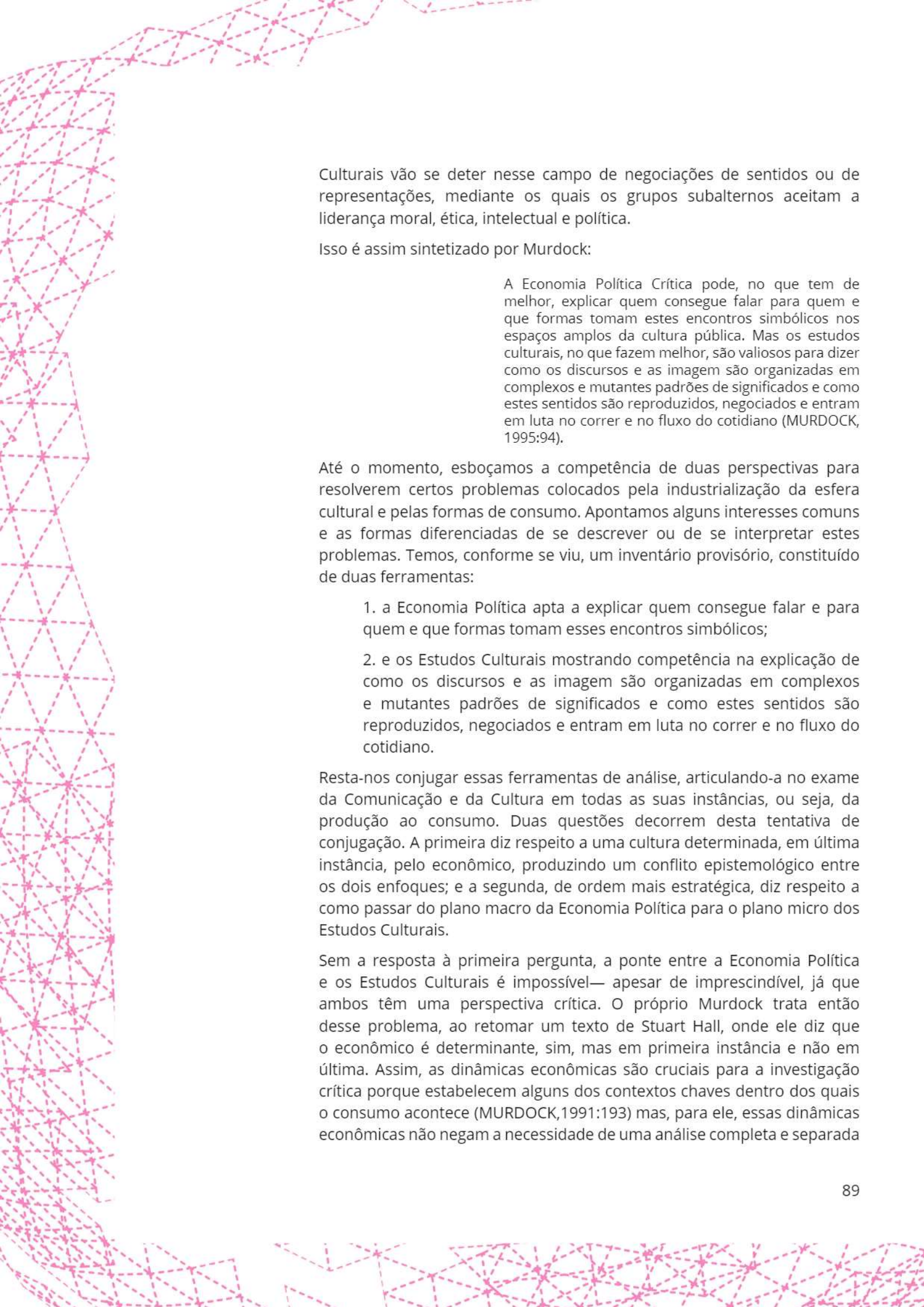
(...) não como imposição desde um exterior e sem sujeito, mas como um processo no qual uma classe hegemoniza na medida em que representa interesses também reconhecidos de alguma maneira como seus pelas classes subalternas (BARBERO 1991:84).

A cultura toma-se assim um dos campos principais onde acontece essa negociação.

Nesse caso, o campo cultural — ou das comunicações — é um campo representativo onde ocorre esse jogo de forças, ganhando-se o consentimento dos dominados (TURNER, 1992:208).

Visto tratar-se de uma luta permanente, a cultura passa a ser considerada como um elemento dinâmico, em que a hegemonia acontece a cada hora, em cada lugar. Como corolário, os receptores deixam de ser passivos já que negociam seu consentimento.

Se, de um lado, temos a Economia Política interessada em quem fala — ou em quem pode falar — com base nas relações econômicas, os Estudos



Culturais vão se deter nesse campo de negociações de sentidos ou de representações, mediante os quais os grupos subalternos aceitam a liderança moral, ética, intelectual e política.

Isso é assim sintetizado por Murdock:

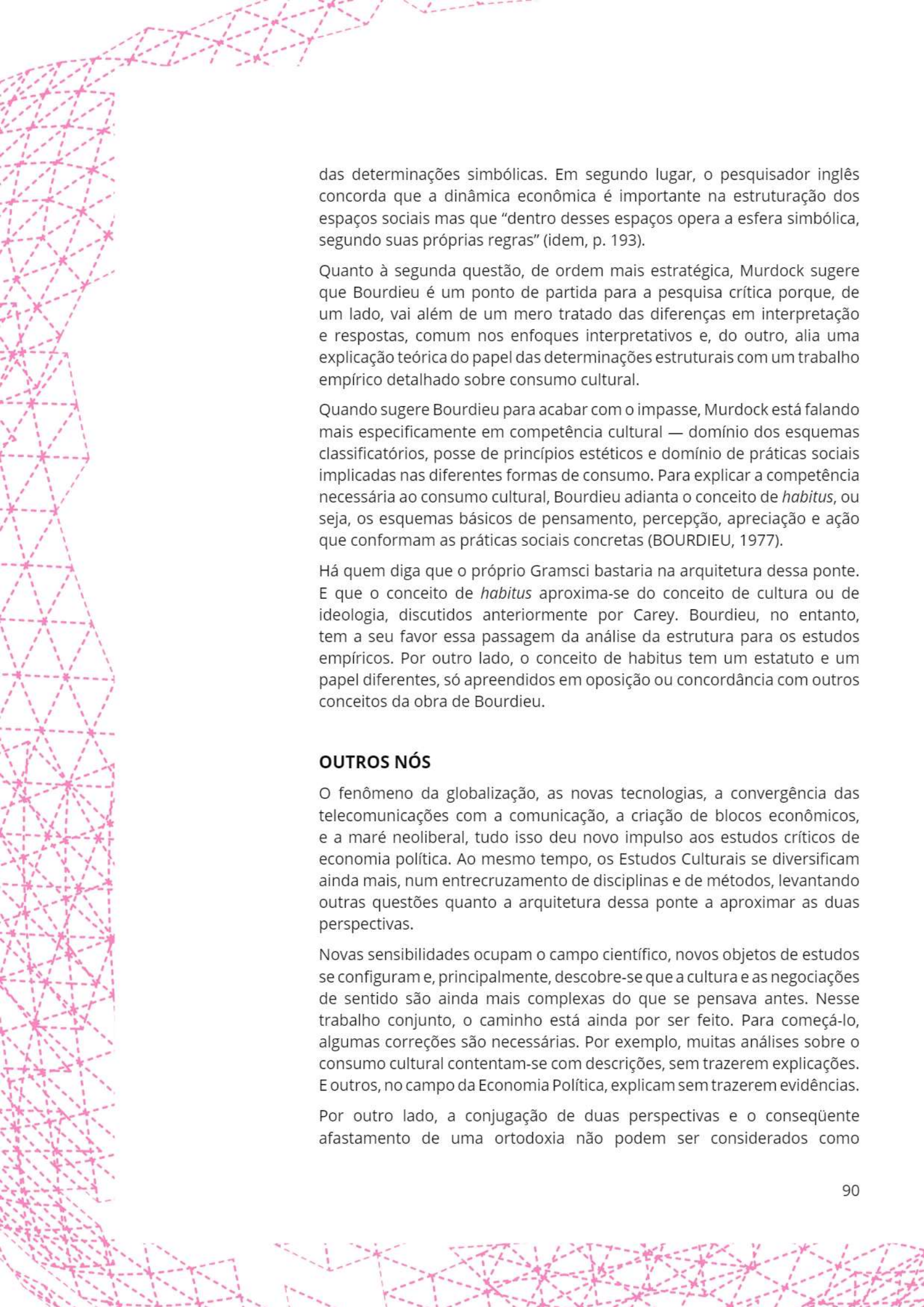
A Economia Política Crítica pode, no que tem de melhor, explicar quem consegue falar para quem e que formas tomam estes encontros simbólicos nos espaços amplos da cultura pública. Mas os estudos culturais, no que fazem melhor, são valiosos para dizer como os discursos e as imagens são organizadas em complexos e mutantes padrões de significados e como estes sentidos são reproduzidos, negociados e entram em luta no correr e no fluxo do cotidiano (MURDOCK, 1995:94).

Até o momento, esboçamos a competência de duas perspectivas para resolverem certos problemas colocados pela industrialização da esfera cultural e pelas formas de consumo. Apontamos alguns interesses comuns e as formas diferenciadas de se descrever ou de se interpretar estes problemas. Temos, conforme se viu, um inventário provisório, constituído de duas ferramentas:

1. a Economia Política apta a explicar quem consegue falar e para quem e que formas tomam esses encontros simbólicos;
2. e os Estudos Culturais mostrando competência na explicação de como os discursos e as imagens são organizadas em complexos e mutantes padrões de significados e como estes sentidos são reproduzidos, negociados e entram em luta no correr e no fluxo do cotidiano.

Resta-nos conjugar essas ferramentas de análise, articulando-a no exame da Comunicação e da Cultura em todas as suas instâncias, ou seja, da produção ao consumo. Duas questões decorrem desta tentativa de conjugação. A primeira diz respeito a uma cultura determinada, em última instância, pelo econômico, produzindo um conflito epistemológico entre os dois enfoques; e a segunda, de ordem mais estratégica, diz respeito a como passar do plano macro da Economia Política para o plano micro dos Estudos Culturais.

Sem a resposta à primeira pergunta, a ponte entre a Economia Política e os Estudos Culturais é impossível— apesar de imprescindível, já que ambos têm uma perspectiva crítica. O próprio Murdock trata então desse problema, ao retomar um texto de Stuart Hall, onde ele diz que o econômico é determinante, sim, mas em primeira instância e não em última. Assim, as dinâmicas econômicas são cruciais para a investigação crítica porque estabelecem alguns dos contextos-chaves dentro dos quais o consumo acontece (MURDOCK, 1991:193) mas, para ele, essas dinâmicas econômicas não negam a necessidade de uma análise completa e separada



das determinações simbólicas. Em segundo lugar, o pesquisador inglês concorda que a dinâmica econômica é importante na estruturação dos espaços sociais mas que “dentro desses espaços opera a esfera simbólica, segundo suas próprias regras” (idem, p. 193).

Quanto à segunda questão, de ordem mais estratégica, Murdock sugere que Bourdieu é um ponto de partida para a pesquisa crítica porque, de um lado, vai além de um mero tratado das diferenças em interpretação e respostas, comum nos enfoques interpretativos e, do outro, alia uma explicação teórica do papel das determinações estruturais com um trabalho empírico detalhado sobre consumo cultural.

Quando sugere Bourdieu para acabar com o impasse, Murdock está falando mais especificamente em competência cultural — domínio dos esquemas classificatórios, posse de princípios estéticos e domínio de práticas sociais implicadas nas diferentes formas de consumo. Para explicar a competência necessária ao consumo cultural, Bourdieu adianta o conceito de *habitus*, ou seja, os esquemas básicos de pensamento, percepção, apreciação e ação que conformam as práticas sociais concretas (BOURDIEU, 1977).

Há quem diga que o próprio Gramsci bastaria na arquitetura dessa ponte. E que o conceito de *habitus* aproxima-se do conceito de cultura ou de ideologia, discutidos anteriormente por Carey. Bourdieu, no entanto, tem a seu favor essa passagem da análise da estrutura para os estudos empíricos. Por outro lado, o conceito de *habitus* tem um estatuto e um papel diferentes, só apreendidos em oposição ou concordância com outros conceitos da obra de Bourdieu.

OUTROS NÓS

O fenômeno da globalização, as novas tecnologias, a convergência das telecomunicações com a comunicação, a criação de blocos econômicos, e a maré neoliberal, tudo isso deu novo impulso aos estudos críticos de economia política. Ao mesmo tempo, os Estudos Culturais se diversificam ainda mais, num entrecruzamento de disciplinas e de métodos, levantando outras questões quanto a arquitetura dessa ponte a aproximar as duas perspectivas.

Novas sensibilidades ocupam o campo científico, novos objetos de estudos se configuram e, principalmente, descobre-se que a cultura e as negociações de sentido são ainda mais complexas do que se pensava antes. Nesse trabalho conjunto, o caminho está ainda por ser feito. Para começá-lo, algumas correções são necessárias. Por exemplo, muitas análises sobre o consumo cultural contentam-se com descrições, sem trazerem explicações. E outros, no campo da Economia Política, explicam sem trazerem evidências.

Por outro lado, a conjugação de duas perspectivas e o conseqüente afastamento de uma ortodoxia não podem ser considerados como

aceitação de uma falta de rigor teórico. Além disso, uma aliança entre os dois enfoques não é nem esdrúxula nem esotérica. Convém lembrar Eagleton, numa observação aos estudantes e críticos de literatura, que se queixavam de que a teoria literária estava se tomando inconcebivelmente esotérica. Isso acontecia, afirmava Eagleton, porque essas afirmações provinham do interior de uma teoria mais antiga (EAGLETON, 1994:VII)

BIBLIOGRAFIA

CAREY, J. Abolishing the old spirit world. In: **Critical Studies in Mass Communication**, Londres, nº 12 (1995)82:88.

EAGLETON, T. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo, Martins Fontes, 1994)

FISKEJ. "British Cultural Studies and Television". In: ALLEN, Robert. **Channels of discourse. Television and contemporary criticism**. Chapel Hill, the University of North Caroline Press, 1987.

GARCIA CANCLINI, Néstor. "Los estúdios culturales de los 80 a los 90: perspectivas antropológicas y sociológicas en América Latina". In: **Iztapalapa. Revista de Ciências Sociais y Humanidades**, ano II, nº 24(1991)9:22.

GARNHAM, N. "Political economy and cultural studies: reconciliation or divorce?" In: **Critical Studies in Mass Communication**, Londres, nº 12 (1995)62:71.

GARNHAM, N. "Reply to Grossberg and Carey". In: **Critical Studies in Mass Communication**, Londres, nº 12 (1995) 95:100.

GARNHAM, N. **Capitalism and communication. Global culture and the economics of Information**. Londres, Sage, 1990.

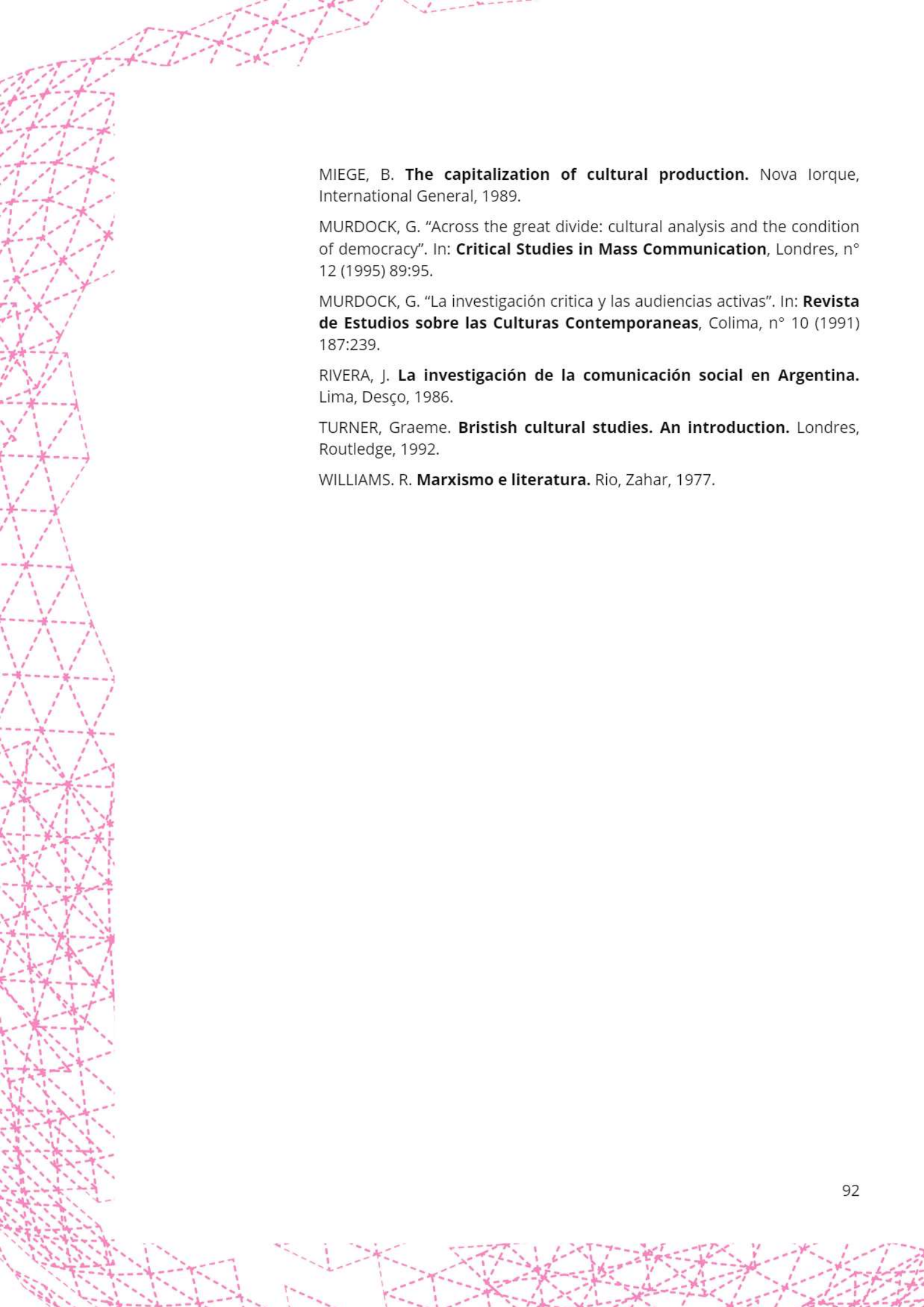
GROSSBERG, Lawrence. "Cultural Studies vs. Political Economy": is anybody else bored with this debate? In: **Critical Studies in Mass Communication**, Londres, nº 12 (1995)72:81.

HALL, S. "Cultural Studies: two paradigms". In: COLLINS, R. e outros. **Media, culture and society**. Newbury, Sage, 1986.

MARTIN BARBERO, Jesus. "Retos a la investigación de la comunicación en América Latina". In: **Comunicación y Cultura**, México, nº 9 (1983)99:113.

MARTIN BARBERO, Jesus. **De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonia**. México, Gustavo Gili, 1991.

McANANY, Emile e WILINSON, Kenton. "From cultural imperialists to take over victims? Questions on Hollywood's buyouts from the critical tradition". In: **Communication Research**, vol. 19, nº 6 (Dezembro 1992)724:748.



MIEGE, B. **The capitalization of cultural production.** Nova Iorque, International General, 1989.

MURDOCK, G. "Across the great divide: cultural analysis and the condition of democracy". In: **Critical Studies in Mass Communication**, Londres, n° 12 (1995) 89:95.

MURDOCK, G. "La investigación crítica y las audiencias activas". In: **Revista de Estudios sobre las Culturas Contemporaneas**, Colima, n° 10 (1991) 187:239.

RIVERA, J. **La investigación de la comunicación social en Argentina.** Lima, Desço, 1986.

TURNER, Graeme. **British cultural studies. An introduction.** Londres, Routledge, 1992.

WILLIAMS. R. **Marxismo e literatura.** Rio, Zahar, 1977.